

Janeja aberta

Impacto ambiental e regime político



Arquivo CEM

A preocupação com o meio ambiente vem ocupando cada dia mais o debate político. Se, por um lado, isto é um fato altamente positivo, por outro lado, torna-se imperiosa a necessidade de superar o caráter de verdadeiro "modismo" de que o debate em torno desse tema se reveste. Em outras palavras, é preciso aprofundar a questão para além da superficialidade e fugacidade inerente a qualquer moda.

Não se pode dizer, por exemplo, que a problemática ambiental começa a vir à tona em virtude da evidente degradação dos recursos naturais, como quer fazer crer alguns. Ao contrário, se remontarmos aos primórdios da Revolução Industrial, observaremos desde lá, sobretudo nas cidades, a degradação das condições ambientais. E nem por isso o debate político em torno dessas questões se estabeleceu.

Pode-se dizer que o século XIX foi marcado, entre outras coisas, pela entusiástica crença no "progresso" que a técnica poderia trazer para a humanidade. Mesmo aqueles que se colocavam de um ponto de vista crítico diante da nova sociedade capitalista recém-instituída apostavam no caráter inexoravelmente libertador do desenvolvimento das forças produtivas. A condição miserável em que se encontravam os trabalhadores europeus fez com que o eixo do debate político fosse a questão da superação da desigualdade social. Uma vez eliminado o capitalismo, acreditava-se, o caminho estava aberto ao pleno desenvolvimento das forças produtivas que tornaria possível a dominação da natureza. O desenvolvimento da luta de classes, sobretudo nos países industrializados da Europa Ocidental, demonstrou que o proletariado foi capaz de impor limites à exploração do capital através da diminuição da jornada de trabalho, das restrições ao trabalho da mulher e do menor, férias remuneradas, assistência médica e previdenciária garantida pelo Estado e até mesmo o sufrágio universal, conquistado graças às lutas encetadas pelos trabalhadores. Só para se ter uma pequena idéia, antes de que fosse aberto o primeiro sanatório para tratamento de tuberculosos, na Inglaterra, o índice de mortalidade por essa doença já vinha caindo em virtude das conquistas de melhores condições de vida pelos trabalhadores. Se hoje observamos nas cidades europeias um padrão de qualidade de vida bastante superior ao encontrado no terceiro mundo, é preciso que resgatemos a História para verificarmos que por detrás dessa paisagem se encontram as

lutas sociais encetadas pelos trabalhadores. Todavia, as burguesias que à época consideravam essas lutas como subversivas responderam a tais conquistas com o deslocamento da exploração da mais-valia absoluta (pela extensão da jornada de trabalho) em favor da intensificação da exploração da mais-valia relativa (sobretudo pelo aperfeiçoamento tecnológico que traz a possibilidade dos trabalhadores produzirem em menos tempo o equivalente dos seus salários e, assim, aumentar o sobre-trabalho de que se apropriam as classes possuidoras). A expansão imperialista, no último quartel do séc. XIX, fez com que o capital deslocasse geograficamente para os países coloniais e semi-coloniais um nível de exploração que já não era possível obter nos países onde os trabalhadores já se achavam melhor organizados. Os recursos naturais dos países latino-americanos, africanos e asiáticos foram dilapidados; os níveis de miséria de camponeses e outros trabalhadores rurais foram levados ao paroxismo (vide Biafra, Etiópia, Nordeste do Brasil, Índia, Paquistão, etc...) com a ajuda das elites locais. Deste modo, enquanto nos países capitalistas industrializados os trabalhadores conseguiram reverter contra as próprias palavras de ordem da Revolução Burguesa — liberdade, igualdade e fraternidade — impondo-lhe alguns limites e civilizando o capitalismo, nos países coloniais e semi-coloniais vimos o capitalismo se expandir aliado aos grandes proprietários de terra, sem nenhuma tradição de luta seja por igualdade, liberdade ou fraternidade. Deste modo, o capitalista "selvagem" se tornou a contraface necessária do capitalismo "civilizado". A Europa Ocidental ou os Estados Unidos não deixaram de ser capitalistas em função dessas conquistas operárias, mas o capitalismo tornou-se outro em função dessas lutas.

A consolidação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos se fez com a paulatina diminuição do efetivo operário que hoje, em nenhum país industrializado, soma mais que 20% do total da população economicamente ativa. O aperfeiçoamento tecnológico, por um lado, e a super-exploração dos trabalhadores e dos recursos naturais nos países sob a dominação imperialista, por outro, permitiram que se contemplassem muitas das reivindicações dos trabalhadores no chamado primeiro mundo. Não se deve deixar de registrar o papel desempenhado pela Social-Democracia, organização político-partidária de fortes bases sindicais, na consolidação desse estado de coisas. O paulatino

abandono por parte da Social-Democracia Européia da palavra de ordem do "internacionalismo proletário", em troca de conquistas imediatas dentro da ordem burguesa chegou ao ponto de levá-la a apoiar as investidas militaristas das burguesias nacionais em busca de novos mercados. O exemplo mais notável dessa postura é o da Social-Democracia Alemã, capitaneada por Karl Kautsky, à época da Primeira Guerra Mundial. Mesmo os Partidos Comunistas pouco a pouco foram abdicando dessa bandeira, em troca da defesa do "socialismo num só país", segundo a fórmula de Josef Stalin e, assim, perderam a perspectiva de que o capitalismo é um sistema mundial.

Após a Segunda Guerra, o capitalismo elegerá o "subdesenvolvimento" como o vilão da História, já que, conforme os discursos oficiais das décadas de 50 e 60, constituía o solo fértil para a germinação das ideologias anti-capitalistas. O desenvolvimento se transformará, portanto, na tábua de salvação para o capital monopolista internacional que transferirá para a sua área de influência as suas empresas transnacionais.

Antes de dirigir as nossas reflexões para os efeitos sócio-ambientais dessa nova estratégia do imperialismo no pós-guerra, consideremos mais de perto a emergência de novos agentes sócio-políticos que vêm à cena, sobretudo na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Cabe aqui o destaque para o movimento pacifista que ganha grande força na Europa e nos Estados Unidos, particularmente diante da guerra do Vietnã. A instalação de mísseis e de outros armamentos nucleares na Europa Ocidental toma-se alvo de um forte movimento anti-nuclear e anti-militarista. Por outro lado, uma verdadeira revolução nos costumes faz entrar em cena a juventude, as mulheres, os negros e os homossexuais. Questiona-se, agora, não diretamente o modo de produção, mas o próprio modo de vida. A crítica ao consumismo adquire uma forte significação, arguindo uma sociedade que privilegiava o "ter" no lugar do "ser". O movimento ecológico cresce, impulsionado por esses desejos e por essas forças sociais. Se antes ainda se acreditava que os "países subdesenvolvidos" estavam num estágio atrasado de uma escala linear, onde no topo já se encontravam os países industrializados — Estados Unidos à frente — agora, demonstra-se a impossibilidade do acesso de todos os povos ao chamado "american Way of life" sob pena, simplesmente, de se esgotarem totalmente os recursos naturais



do planeta. Durante as décadas de 50 e 60, assistimos ao aparecimento das ideologias neo-malthusianas que tentavam imputar ao crescimento demográfico do Terceiro Mundo a responsabilidade pela miséria e pelo esgotamento dos recursos naturais. Apesar dos investimentos e dos esforços das instituições de "planejamento familiar" que esterilizaram milhões de mulheres nos países coloniais e semi-coloniais, os custos elevados dessa política fizeram com que o neo-malthusianismo deixasse de ser a principal forma de se exercer a hegemonia política e cultural. Este é, pois, o quadro dentro do qual emerge a questão ambiental em finais da década de 60 e, sobretudo, na década de 70.

A QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A ideologia desenvolvimentista a que nos referimos ganhou força no Brasil em meados da década de 50. A crise porque passava, então, o capitalismo brasileiro fez com que se operasse um rearranjo das

forças políticas que vão constituir um novo bloco de poder. Aqui devemos destacar o papel dos ideólogos da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – que deslocam o debate acerca do nacionalismo, até então pensado em termos populistas (Vargas), ao afirmarem que o verdadeiro nacionalista é aquele que quer o desenvolvimento da nação. A hegemonia ideológica passa a ser a do nacional-desenvolvimentismo, através de uma nova articulação das classes dominantes nacionais com o imperialismo, tendo à frente a burguesia industrial, sobretudo a ligada à FIESP. Não se deve menosprezar, também, as íntimas relações dessa burguesia com os setores militares que, por ideologia própria, sintetizada no jargão "Segurança e Desenvolvimento", acreditam que uma grande potência moderna implica um moderno parque industrial, ainda que ao preço de uma ordem política e social autoritária. O golpe militar de 64 cristaliza esse bloco de Poder. A grande propriedade fundiária permanecerá como pa-

no de fundo e uma modernização capitalista do mundo agrário garantirá com as exportações de soja, açúcar, laranja, café e cacau parte dos dólares aplicados na industrialização brasileira. A indústria de bens de consumo duráveis, claramente sob o controle das transnacionais se constituirá no principal pólo de acumulação. Para que esse novo padrão de acumulação pudesse se implantar no país, tornava-se necessária toda uma infraestrutura de transportes, energia e comunicação. Eis aqui o cume dos grandes projetos que causarão fortes impactos ambientais no país. As hidrelétricas gigantes; as estradas integradoras do território nacional; os monumentais sistemas de comunicação via satélite serão os marcos da nova organização do espaço brasileiro, promovida pelo grande capital monopolista, comandado pelo Estado a seu serviço. O regime autoritário que dirigiu esse processo não foi um elemento accidental. A inexistência de tradição de liberdades democráticas fez com que a implantação do

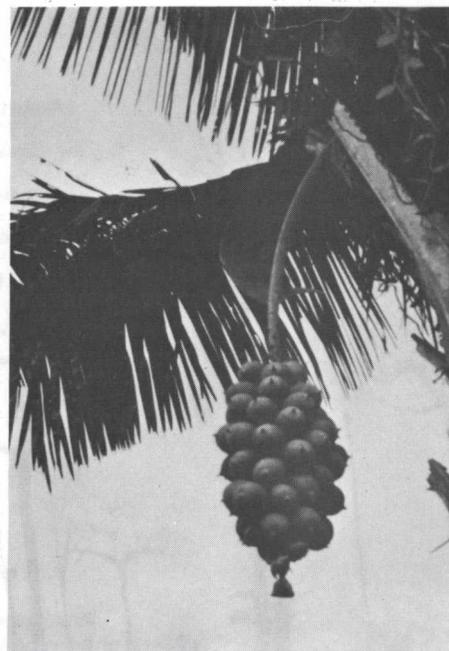
grande capital internacional não encontrasse aqui os limites que a sociedade civil lhe impunha nos seus países de origem. A modernização autoritária foi o preço que se pagou pelo desenvolvimento capitalista sem Revolução Burguesa.

O Brasil que em 1960 tinha 60 milhões de habitantes, dos quais cerca de 32 milhões estavam no campo e 28 nas cidades, passou, em 1989, a ter 142 milhões de habitantes, dos quais cerca de 108 milhões se encontram nas cidades. Em apenas 29 anos a população de nossas cidades cresceu de 28 milhões para 108! Um crescimento de 380%! Esse é o mais evidente impacto ambiental desse novo padrão de acumulação! Nossas cidades serão marcadas pelo grande e triste espetáculo da miséria da periferia: com um déficit habitacional de cerca de 10 milhões de residências, falta de saneamento básico; o descalabro da Educação e da Saúde Pública, em meio à circulação de automóveis e à veiculação a cores pela mídia eletrônica dos novos produtos de consumo. O campo assistirá a uma modernização da agricultura que consolida a grande propriedade fundiária. O capital financeiro articulará os interesses da grande indústria de equipamentos e insumos aos dos grandes empresários rurais (soja e cana-de-açúcar – Pró-álcool, sobretudo). A migração se tornará generalizada e o Nordeste, tradicional fornecedor de mão-de-obra para os principais centros de acumulação, deixará de ser a única região a redistribuir a sua população. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, Estados onde a estrutura fundiária era até então mais equilibrada, sofrerão uma verdadeira transformação e o fenômeno dos "Sem-Terra" constituirá o lado da resistência de uma outra leva de migrantes que demanda ao Centro-Oeste e à Amazônia. O impacto, sobretudo nessa última região, não tardará a se fazer sentir: o desmatamento assumirá proporções gigantescas, pondo em risco o maior banco genético do planeta. Nordestinos e gaúchos se encontrarão na Amazônia, onde terão que se defrontar com o capital subsidiado pelo Estado (Projeto Jari; Vale do Rio Doce; VARIG; Grupo Sílvia Santos, Liquifam, etc...). A dívida contraída para implantar esse novo padrão de acumulação ameaça efetivamente a Amazônia Brasileira com a destruição dos imensos recursos naturais que ela possui. O Projeto 2010 que prevê a construção de dezenas de novas Hidrelétricas na Região Amazônica é a nova cartada das grandes empreiteiras, aliadas estruturais do grande capital internacional, extremamente influentes junto à burocracia estatal. Os es-

cândalos de que se revestem as concorrências públicas para as grandes obras promovidas pelo Estado e a sua impunidade demonstram o quanto as grandes empreiteiras estão estruturalmente associadas ao regime autoritário. O "lobby" dessas empresas, como todo "lobby", é a manifestação de pressões particulares para defender interesses privados, ao contrário da prática democrática, onde as pressões, legítimas, se fazem publicamente. É preciso trazer ao debate público esses projetos e esta é uma das mais importantes tarefas da débil democracia brasileira. Afinal, essas obras faraônicas foram a menina dos olhos do regime autoritário brasileiro que as apresentava como símbolos do Brasil Grande, como necessárias à "Segurança e Desenvolvimento" do país.

Infelizmente, a questão ambiental vem sendo, ainda, reduzida a apenas um dos seus aspectos, o técnico. É o que vem sendo chamado de "Ecologismo de Resultados". Uma parcela significativa dos que se interessam pela Ecologia tem-se preocupado efetivamente com a proteção da nossa flora, fauna, das nossas águas e do nosso ar. Todavia, não se aparece de que não é o **Homem em geral** que está destruindo a natureza. Tal simplificação desconsidera que nem todos os homens são donos da natureza e, assim, não têm igual poder de determinar o que dela será feito. E, pior, esses ecologistas não conseguem incorporar a lição do nosso maior exemplo de luta ecológica articulada à luta social e política contra o modelo vigente: a do líder sindical Chico Mendes. Não é por acaso que Chico Mendes era dirigente nacional da CUT e sempre viu na luta dos trabalhadores, através de seus sindicatos e partidos políticos, a base para reverter esse estado de coisas, numa aliança articulada com o movimento ecologista e com os índios.

O movimento ecologista, infelizmente, parece que ainda não aprendeu essa lição. O movimento dos "Sem Terra" é outra expressão sócio-política dos que não querem ser simples "peões" no tabuleiro do espaço Geográfico Brasileiro, sob o comando do Estado/Grande Capital. Por sua vez, os atingidos pelas barragens hidrelétricas apontam a necessidade do debate democrático não só com os diretamente envolvidos, mas com a sociedade como um todo, colocando em questão o atual modelo energético brasileiro. Enquanto isso, nossas cidades assistem à mobilização dos mais variados segmentos de sua população em torno da preservação da qualidade de vida tão degradada pelo modelo político-econômico dominante.



A reorganização da ocupação do espaço brasileiro, tema central de uma autêntica ecologia política, exige uma atenção especial para esses atores que resistem ao atual modelo, sob pena de não passar de um discurso vazio. A desconcentração urbana se impõe como visão estratégica e para isso é preciso pensar a nossa problemática urbana no contexto da Rede Urbana. A valorização das pequenas e médias cidades é não só necessária como possível com a tecnologia de que dispomos hoje. Para isso, a Reforma Agrária se coloca como uma das exigências centrais. É dentro dessa perspectiva que devemos encarar uma nova política energética que seja compatível com essa descentralização. Assim, é possível vislumbrar um outro "OIKOS", uma nova morada, um novo habitat para a sociedade brasileira que seja socialmente justo e ecologicamente responsável.

O que não podemos continuar ignorando é que o grande impacto ambiental que se promove em diferentes pontos do território brasileiro tem sua raiz no modelo implantado pelo ESTADO/GRANDE CAPITAL MONOPOLISTA. Sobretudo, não podemos ignorar as lições daqueles que resistem, felizmente em número cada vez maior, a esse modelo concentrador.

* Prof. da PUC-RJ e da UFF. É Geógrafo e autor de "Os (des) Caminhos do Meio-Ambiente" e de "Paixão da Terra: Ensaio Crítico de Ecologia e Geografia".